

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário da Manhã (6.0.)

Class.: Diritos Indígenas

Data: 13 de Março de 1981

Pg.: DINR 0016

TEMA NACIONAL

Marcos quer ouvir a nação

CARLOS CHAGAS

Brasília — Pretende o senador Marcos Freire, líder do PMDB, que até as eleições de 1982 a nação, através de seus diversos segmentos, possa apresentar um elenco mínimo de suas aspirações. Até agora, em seu entender, é o governo que improvisa e procura, pela força e a tutela, exprimir os anseios nacionais, e os resultados se mostram desastrosos. Ninguém está satisfeito, ninguém participa. Os detentores do poder não contam com o empresariado, com os trabalhadores, com os camponeses, com os estudantes, os intelectuais, a classe média, a Igreja, e, sequer, com os militares. Todos são contra as diretrizes, a estratégia e a política desenvolvida nos gabinetes fechados, mas, em contrapartida, até agora não se conseguiu detectar um denominador comum do que realmente deseja o país.

Esse trabalho de prospecção, para ele, não deve ser confundido com uma iniciativa partidária, no caso, do PMDB, muito menos da sua liderança no Senado, ainda que, como ponto de partida, proponha que a oposição verdadeira se lance na tarefa de ouvir os diversos grupos sociais. No final, os resultados não serão do partido, mas de todos. Ontem, depois de na véspera se ter reunido com a bancada que lidera, entendeu-se com o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, que apoiou a idéia. Nada se organizará organicamente, ou seja, não se constituirão comissões, muito menos frentes ou alianças formais. Apenas, deverão realizar-se no maior número possível encontros de parlamentares, advogados, através da OAB, religiosos, por meio da CNBB e outros órgãos, jornalistas, com a ABI, empresários, pelas associações de classe, trabalhadores, pelos sindicatos e federações, estudantes, inclusive a UNE e, se possível, militares, buscando-se a Escola Superior de Guerra e outros núcleos centralizadores de seu pensamento.

O que importa, para Marcos Freire, é costurar reclamos, provocar propostas e sugestões para que a sociedade, como um todo, demonstre ao governo o que pretende, o que pensa e o que deseja, em termos de reivindicações mínimas e comuns. A partir daí, quem sabe se encontrem rumos capazes de conduzir a nação a bom termo, conscientizada e capaz de conscientizar seus responsáveis, atuais e futuros? Fora daí, será assistir acentuar-se o fosso entre governantes e governados, portal de uma crise que todos desejam evitar,

pois imprevisível em suas conseqüências. Em suma, não se trata de uma proposição contra pessoas ou grupos, mas a favor do país.

NO LOMBO DE BURRO

Revoltado com a inação das autoridades econômicas e, mais, com os obstáculos por elas erigidos contra o empresariado e as classes trabalhadoras, diante do que chama de maior aspiração nacional, "a de todos ganharem dinheiro", o deputado Sérgio Cardoso de Almeida, do PDS de São Paulo, anuncia para um dos próximos recessos parlamentares uma iniciativa singular. Vai percorrer, em lombo de burro, não de avião ou de automóvel, o trajeto entre Recife e Altamira, na Transamazônica. Mesmo que a viagem dure dois meses, pretende ouvir a quantos fazendeiros e camponeses, agricultores ou bóias-frias encontre pelo caminho. Quer conferir, na prática, a teoria que julga evidente: O governo está atrapalhando. Em plena crise da seca no Nordeste, não entende como não se dê segmento ao menos ao projeto inicial da Transamazônica, que era o de servir de via migratória para os flagelados, dando-lhes terra e trabalho, tanto quanto se propiciar aos empresários condições de construir o grande celeiro nacional, nas faixas de terra roxa da região, consideradas das melhores do mundo.

Sérgio Cardoso de Almeida acentua não estar brincando. Sua vilegiatura será mesmo em lombo de burro, ele que é credenciado cavaleiro. Não vai bancar o general Custer, perseguindo índios, ainda que não admita a imobilização de imensas glebas e a paralização de projetos de desenvolvimento, por conta de permitir a perambulação de silvículas pela floresta. E para ficar no terreno equivo, avisa que se encontrar em seu caminho os quatro cavaleiros do apocalipse (a tecnoburocracia, os juros escorchantes para qualquer iniciativa agrícola, o Incri e a Funai), não hesitará em investir sobre eles, senão à maneira de d. Quixote, ao menos como um Sancho Pança com assento na Câmara Federal.

FESTIVAL HILARIANTE

Foi dos mais hilariantes o festival de desmentidos promovido pelo governo, na imprensa de ontem, com relação às informações divulgadas sobre dissensões, divisões e diver-

gências de opinião, entre o grupo palaciano que cerca o presidente João Figueiredo. O novo porta-voz do Palácio do Planalto, diplomata Carlos Átila, falou em ficção política, seguindo uma tradição ou uma sina que marca quase todos os secretários de imprensa que não são do ramo, caídos de paraquedas numa função teoricamente específica de jornalistas. Apesar de indagado, eximiu-se de examinar os aspectos objetivos da notícia, desde a reação dos generais Octávio Medeiros e Danilo Venturini aos métodos utilizados por Golbery do Couto e Silva e Heitor de Aquino para a eleição de Nelson Marchezan à Presidência da Câmara, até os reclamos dos chefes do SNI e do gabinete militar diante da possibilidade de modificações amplas na Lei dos Estrangeiros ou da dicotomia que vem conduzindo a estratégia do PDS no Rio de Janeiro. Voou, simplesmente, por cima dos fatos concretos, sem voz e sem nada portar.

O general Octávio Medeiros, em Bogotá, atribuiu o noticiário à invenção de quem, por insonia, põe a cabeça no travesseiro e imagina o que escrever no dia seguinte; o que, positivamente, não é o caso, pois não só o homem mau de Kurosawa dorme bem, outros também. Da mesma forma, recusou-se a examinar os dados positivos do que foi divulgado. Nem poderia.

Mais comedido, o general Danilo Venturini, ainda na capital colombiana, disse apenas que não comentaria o episódio. O secretário particular, Heitor de Aquino, preferiu devolver qualquer explicação ao repórter, dizendo sobre ser ele acessível a outras perguntas, e o general Golbery, talvez a demonstrar sua posição de destaque no grupo, não avançou uma palavra formal sequer, mas, na intimidade, pelo menos ao governador Antônio Carlos Magalhães, reconheceu a existência de idéias e posições divergentes entre os auxiliares presidenciais, até mesmo eventuais discussões entre ele e o general Medeiros. Apenas, não identificou crise, nem inusitados, nessa situação — com o que concordamos em gênero, número e grau.

Em suma, e registrando-se a pressa com que alguns jornalistas amestrados saíram em defesa da unidade monolítica do governo, todos evitaram o principal, ou seja, a análise e, aqui sim, a negativa dos pontos de divergência claros e inequívocos entre integrantes do grupo palaciano. Sinal dos tempos? Ou a confirmação de tudo?